

Oposição 'estende varal' de casos suspeitos de corrupção

LIÊGE ALBUQUERQUE

BRASÍLIA – Um varal com a relação de dez casos com suspeitas de corrupção ou em investigação no País é o símbolo da campanha lançada ontem pela oposição para reiniciar a coleta de assinaturas para a criação de comissão parlamentar de inquérito (CPI) mista no Congresso. “Roupa suja se lava na CPI” era um dos títulos do varal. “Cobraremos publicamente as assinaturas do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e do presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA)”, disse o líder do PT na Câmara, Walter Pinheiro (BA).

Em junho de 2000, a oposição tentou “seduzir” parlamentares da base aliada para que assinassem requerimento de CPI para investigar suspeitas de envolvimento do ex-secretário-geral da Presidência Eduardo Jorge Caldas Pereira no desvio de verba da obra do Fórum Trabalhista de São Paulo. O governo ameaçou retaliar quem assinasse, e a CPI não vingou.

Há um mês, a oposição tentou emplacar o mesmo texto, mas ACM foi explícito: disse

que apoiaria a comissão apenas se fosse ampliada. Com a mudança do texto, a oposição conseguiu a promessa de ACM de que apoiaria a criação da CPI. Mas até as 18h30 de ontem, segundo sua assessoria, o senador não tinha sido procurado para assinar o requerimento.

Jader disse que poderia assinar o requerimento. “Da minha parte não existe dificuldade para qualquer investigação que se queira processar.”

O líder da oposição no Senado, José Eduardo Dutra (PT-SE), disse que o bloco não fará “jogo de cena” para colher assinaturas. “Vamos pegá-las nos gabinetes e no plenário, mas quem quiser nos procurar é só fazê-lo.”

ACM
PROMETE
APOIAR
MOVIMENTO

O governo mobilizou seus líderes para tentar barrar a CPI. “A oposição arma circo, monta varal, mas não conseguirá CPI com a fase ótima da economia”, disse o líder do governo no Congresso, Artur Virgílio (PSDB-AM). O líder do governo na Câmara, Arnaldo Madeira (PSDB-SP), chamou a atenção para o fato de que a comissão poderia “paralisar o País e obstruir os trabalhos Ministério Público”. (Colaboraram Gilse Guedes e José Ramos)